

**DIRETRIZES DE INVESTIMENTOS**  
**Regime Próprio de Previdência Social**

**POLÍTICA DE INVESTIMENTOS**  
**EXERCÍCIO – 2021**

**INSTITUTO PROPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**SANTANA DO ITARARÉ - PARANÁ**

Outubro/2021.

## Sumário

<b>1. Introdução.....</b>	<b>3</b>
<b>2. Objetivos.....</b>	<b>3</b>
<b>3. Cenário Econômico .....</b>	<b>5</b>
3.1. Cenário Global .....	6
3.2. Cenário Doméstico .....	9
<b>4. Equilíbrio Atuarial .....</b>	<b>10</b>
<b>5. Modelo de Gestão: .....</b>	<b>11</b>
5.1. Acompanhamento da Gestão dos recursos garantidores: .....	14
<b>6. Estratégia de Alocação de Recursos: .....</b>	<b>11</b>
6.1. Segmentos de Aplicação:.....	15
6.2. Objetivos da Alocação de Recursos:.....	15
6.3. Faixas de Alocação de Recursos: .....	15
<b>7. Informações utilizadas na Gestão da Alocação dos Recursos.....</b>	<b>14</b>
<b>8. Diretrizes para gestão dos segmentos de aplicação dos recursos (critérios para a seleção dos investimentos).....</b>	<b>14</b>
8.1. Diretriz de Alocação de Recursos Definidos para o Exercício de 2020.....	15
8.2.Estratégia de alocação para os próximos 05 exercícios.....	16
<b>9. Gerenciamento de Riscos: .....</b>	<b>17</b>
<b>10. Disposições Gerais:.....</b>	<b>22</b>

## **1. Introdução**

Os investimentos do Regime Próprio do Município de Santana do Itararé obedecem às diretrizes e princípios contidos na Política de Investimentos, estabelecida em consonância com os dispositivos da legislação específica em vigor, definidas pelo Conselho Monetário Nacional atualmente na Resolução nº 3.922, de 25 de novembro de 2010 e suas alterações.

Os fundamentos para a elaboração da presente Política de Investimentos estão centrados em critérios técnicos de grande relevância. Ressalta-se que o principal a ser observado, para que se trabalhe com parâmetros sólidos, é aquele referente à análise do fluxo de caixa atuarial da entidade, ou seja, o equilíbrio entre ativo e passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial.

## **2. Objetivos**

A Política de Investimentos possui o objetivo de estabelecer as diretrizes e linhas gerais relativas à gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas dos planos de benefícios do RPPS do Município de Santana do Itararé, levando-se em consideração os princípios da boa governança, além das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

Constitui-se em instrumento que visa proporcionar uma melhor definição das diretrizes básicas da Instituição, como também os limites de risco a que serão expostos o conjunto dos investimentos. Tratará, também, da busca da rentabilidade a ser atingida para superar a meta atuarial do plano de benefício.

No intuito de alcançar a meta atuarial estabelecida para as aplicações do RPPS, a estratégia de investimento prevê sua diversificação, tanto no nível de classe de ativos (renda fixa e renda variável) quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos, indexadores etc, com vistas a maximizar a relação risco-retorno do montante total aplicado.

Sempre serão considerados como itens fundamentais de aplicação dos recursos a taxa esperada de retorno e os riscos a ela inerentes, os limites legais e operacionais, a liquidez adequada dos ativos, com especial ênfase no

médio e longo prazos.

### **3. Cenário Econômico**

A análise do cenário econômico foi formalizada após várias pesquisas junto a publicações referente ao mercado financeiro de instituições financeiras em atuação no cenário nacional.

O comportamento da atividade é o foco natural do cenário econômico, tendo em vista a substancial queda do PIB em 2021, impulsionado pela crise do Corona vírus. A pandemia de covid-19 gestou continuo a recessão com início em no ano de 2021, que foi denominada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) de "o Grande Confinamento".

Após o choque do Covid-19 de janeiro- outubro e a gradual flexibilização das restrições à mobilidade de pessoas, a extensão do auxílio emergencial, a ampliação do crédito a micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) com garantia do Tesouro e a política monetária expansionista ajudam a explicar a retomada da economia observada a partir de fevereiro com chegada da vacina e uma recuperação da economia brasileira ao longo do segundo trimestre.

Entretanto a intensidade da recuperação ainda depende da evolução da pandemia, em especial da continuidade da trajetória de redução do número de novos casos e mortes. O efetivo controle da disseminação da Covid-19 é particularmente importante para o setor de serviços, que vem apresentando desempenho inferior aos demais devido ao comportamento do aumento dos preços dos alimentos e a cautela por parte dos consumidores.

No exterior, o otimismo com valorização nos mercados, podendo ser explicado pela estabilização na mudança do Presidente Americano vitória dos Democratas, aonde assumiu venceu no senado e a câmara, além da Presidência, permitindo ao longo dos próximos anos a inclusão de pacotes fiscais com mais facilidade, dada as atuais discussões sobre o assunto e o posicionamento

por parte dos Democratas, com o objetivo de sustentar setores afetados em direção a prosperidade.

Vale ressaltar que de acordo com a ata do FED, a economia vem recuperando acima do previsto, com fluxo de crédito sendo fundamental para famílias e negócios, porém os riscos persistem com recuperação setorial sem constância. Alertou também para a inadimplência em empréstimos corporativos, que obteve crescimento expressivo nos últimos meses. O entendimento é de que a recuperação vem perdendo força, necessitando de mais estímulos.

### 3.1. Cenário Global

Contradizendo as principais projeções realizadas no início do ano, as quais apresentavam um crescimento esperado de cerca de 6% para a economia global em 2021, a conjuntura atual é de recessão e de incertezas, sendo a pandemia do COVID-19 o principal fator responsável pela mudança ocorrida no cenário. Com o avanço da pandemia e a maior compreensão de seus impactos para a economia, as expectativas foram revistas várias vezes no decorrer do ano, na versão de outubro de 2021 do relatório World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI) 2021 e 2022. **A alta deve ser de 6% neste ano e 4,4% no próximo. O aumento é de 0,8 e 0,2 ponto percentual em relação ao relatório de outubro, respectivamente. O Brasil está abaixo da média, com crescimento previsto de 3,7% neste ano e 2,6% no próximo.** Comparado à edição de outubro, houve alta de 0,9 e 0,3 ponto percentual para a projeção do país em cada ano, respectivamente.

- É de fundamental importância ressaltar que a pandemia irá impactar de maneira diferente os países. De acordo com as projeções do World Economic Outlook. Na contramão do mundo, brasileiro termina a década mais pobre. Por outro lado, o país tem desempenho melhor que a região onde está inserido, da

## Desempenho esperado do PIB global

Estimativa do FMI para o PIB de cada país em 2020, e projeções para 2021 e 2022

	2020	2021*	2022*
Mundo	-3,3%	6,0%	4,4%
Economias avançadas	-4,7%	5,1%	3,6%
Estados Unidos	-3,5%	6,4%	3,5%
Zona do euro	-6,6%	4,4%	3,8%
Alemanha	-4,9%	3,6%	3,4%
França	-8,2%	5,8%	4,2%
Itália	-8,9%	4,2%	3,6%
Espanha	-11,0%	6,4%	4,7%
Japão	-4,8%	3,3%	2,5%
Reino Unido	-9,9%	5,3%	5,1%
Canadá	-5,4%	5,0%	4,7%
Economias emergentes	-2,2%	6,7%	5,0%
China	2,3%	8,4%	5,6%
Índia	-8,0%	12,5%	6,9%
Rússia	-3,1%	3,8%	3,8%
América Latina e Caribe	-7,0%	4,6%	3,1%
Brasil	-4,1%	3,7%	2,6%
México	-8,2%	5,0%	3,0%
Oriente Médio e Ásia Central	-2,9%	3,7%	3,8%
Arábia Saudita	-4,1%	2,9%	4,0%
África Sub-Saariana	-1,9%	3,4%	4,0%
Nigéria	-1,8%	2,5%	2,3%
África do Sul	-7,0%	3,1%	2,0%

Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI)

- Caribe. Com queda de 4,1% em 2020, o país sofreu menos que os 7% da zona a que pertence. As altas de 4,6% e 3,1% previstas para a região, portanto, vem de uma base de queda mais intensa.

é esperada uma retração de 5,8% nas economias desenvolvidas em 2020 e uma recuperação com crescimento esperado de 3,9% em 2021. Em carta publicada no relatório, a economista-chefe do FMI, Gita Gopinath, reforça que as incertezas continuam no ambiente econômico global, mas uma saída passa a ser "cada vez mais visível".

O FMI ressalta, entretanto, que **a vacinação contra a Covid-19 é fator primordial para que os números se tornem realidade**. A variável é tão importante que o fundo avisa que um desempenho melhor que o esperado pode dar vigor à recuperação em todo mundo, mas novas variantes que coloquem em xeque a efetividade das vacinas causariam uma severa revisão para baixo.

### Desempenho esperado do PIB global do FMI — Foto: G1 Economia

O FMI fez uma série de revisões para cima ao longo de 2020, conforme as economias reagiram à pandemia do Corona vírus. O maior otimismo do órgão um ano adentro da pandemia tem como plano de fundo, além da ação monetária e das vacinas, uma certa adaptação à "vida em pandemia".

O tombo previsto para a economia global em 2020 é de 3,3%, com impacto desigual a depender do perfil de cada país e de sua força de trabalho. As consequências serão particularmente agudas em **países dependentes do turismo, com dívida pública mais alta e menor capacidade de vasto atendimento de saúde**.

**"Jovens, mulheres, trabalhadores com nível de escolaridade relativamente baixo e os empregados informais foram atingidos com mais força", diz o órgão.**

No relatório, Gita Gopinath reconhece que o vigor de retomada é mais claro em economias desenvolvidas. Exceto a China, que já recuperou seus níveis de PIB pré-pandemia ainda em 2020, a economista lembra que os Estados Unidos estão em estágio avançado de recuperação e devem atingir o marco ainda em 2021.

Além de pacotes de estímulos históricos, que despejaram mais de US\$ 5 trilhões na economia, os americanos têm a mais abrangente e veloz vacinação do mundo.

Outras economias importantes, como as europeias, que têm vacinação em atraso, só retomarão o patamar em 2022, diz o FMI. Emergentes só devem chegar nesse marco em 2023.

- **Chefe do FMI apela por colaboração internacional para acelerar a distribuição de vacinas contra a Covid-19**

- O quadro é ainda mais grave, pois o mercado de trabalho está punindo mais o trabalhador sem experiência prévia ou com baixa capacitação, grupos que já têm como característica uma renda menor.
- **"As políticas, portanto, terão que se tornar mais direcionadas para manter a capacidade de sustentar a atividade econômica durante este período incerto à medida que a corrida entre o vírus e as vacinas se desenrola", afirma a economista.**
- A cooperação internacional, diz o FMI, também será vital para garantir que as economias emergentes e países em desenvolvimento possam diminuir a distância entre seus padrões de vida comparados aos de alta renda.

Gopinath lembra que a renda per capita é outro fator de preocupação do FMI, com impacto em toda a cadeia global. No biênio 2020-2022, a expectativa é de perda de 20% do PIB per capita em países emergentes – excluída novamente a China – e de 11% nas economias desenvolvidas.

**"Isso reverteu os ganhos na redução da pobreza, com mais 95 milhões de pessoas previstas para entrar nas categorias de extrema pobreza em 2020, e 80 milhões a mais subnutridos do que antes", diz ela.**

### **3.2. Cenário Doméstico**

Tal como ocorreu no cenário internacional, a conjuntura atual da economia brasileira difere-se de maneira significativa do cenário esperado no início do ano, sendo novamente a pandemia do COVID-19 o principal fator que modificou as expectativas. Além da pandemia, o contexto político brasileiro também trouxe incertezas para os mercados, dada a paralisação na tramitação de reformas importantes para o país e o aumento do nível

de gastos das contas públicas do governo federal implementados durante o período da pandemia.

O Presidente Jair Messias Bolsonaro viu sua popularidade diminuir à medida que foi contra a vacina e sim a favor da cloroquina e ivermectina aonde passou a desobedecer a OMS Organização mundial de Saúde, O Produto Interno Bruto (PIB) apresentou estabilidade (-0,1%) no segundo trimestre de 2021 (comparado ao primeiro trimestre de 2021), na série com ajuste sazonal. Frente ao mesmo trimestre de 2020, o PIB cresceu 12,4%. No primeiro semestre, o PIB acumula alta de 6,4%. No acumulado nos quatro trimestres, terminados em junho de 2021, o PIB cresceu 1,8%. t

O Produto Interno Bruto (PIB) apresentou estabilidade (-0,1%) no segundo trimestre de 2021 (comparado ao primeiro trimestre de 2021), na série com ajuste sazonal. Frente ao mesmo trimestre de 2020, o PIB cresceu 12,4%. No primeiro semestre, o PIB acumula alta de 6,4%. No acumulado nos quatro trimestres, terminados em junho de 2021, o PIB cresceu 1,8%.

Período de comparação	Indicadores				
	PIB	AGROP	INDUS	SERV	FBCF
Trimestre / <b>trimestre imediatamente anterior</b> (com ajuste sazonal)	-0,1%	-2,8%	-0,2%	0,7%	-3,6%
Trimestre / <b>mesmo trimestre do ano anterior</b> (sem ajuste sazonal)	12,4%	1,3%	17,8%	10,8%	32,9%
<b>Acumulado em quatro trimestres</b> / mesmo período do ano anterior (sem ajuste sazonal)	1,8%	2,0%	4,7%	0,5%	12,8%
<b>Acumulado no ano</b> / mesmo período do ano anterior (sem ajuste sazonal)	6,4%	3,3%	10,0%	4,7%	24,3%
<b>Valores correntes no 2º trimestre (R\$)</b>	<b>2,1 trilhões</b>	<b>180,0 bilhões</b>	<b>410,4 bilhões</b>	<b>1,3 trilhão</b>	<b>390,2 bilhões</b>
Taxa de investimento (FBCF/PIB) no 2º trimestre de 2021 = 18,2%					
Taxa de Poupança (POUP/FBCF) no 2º trimestre de 2021 = 20,9%					

## PIB fica estável (-0,1%) na comparação com o trimestre imediatamente anterior

O PIB variou -0,1% na comparação do segundo trimestre de 2021 contra o primeiro trimestre de 2021, na série com ajuste sazonal. A maior queda foi da Agropecuária (-2,8%), seguida pela Indústria (-0,2%). Por outro lado, os Serviços cresceram 0,7%.

Entre as atividades industriais, o desempenho foi puxado pelas quedas de 2,2% nas *Indústrias de Transformação* e de 0,9% na atividade de *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos*. Essas quedas compensaram a alta que houve de 5,3% nas *Indústrias Extrativas* e 2,7% na *Construção*.

<b>Principais resultados do PIB a preços de mercado do 2º Trimestre de 2020 ao 2º Trimestre de 2021 (%)</b>					
<b>Taxas (%)</b>	<b>2020.II</b>	<b>2020.III</b>	<b>2020.IV</b>	<b>2021.I</b>	<b>2021.II</b>
Acumulado ao longo do ano / mesmo período do ano anterior	-5,6	-5,0	-4,1	1,0	<b>6,4</b>
Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores	-2,1	-3,4	-4,1	-3,8	<b>1,8</b>
Trimestre / mesmo trimestre do ano anterior	-10,9	-3,9	-1,1	1,0	<b>12,4</b>
Trimestre / trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)	-9,0	7,7	3,1	1,2	<b>-0,1</b>
<b>Fonte:</b> IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais					

Nos Serviços, houve resultados positivos em Informação e comunicação (5,6%), Outras atividades de serviços (2,1%), Comércio (0,5%), Atividades imobiliárias (0,4%), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (0,3%) e Transporte, armazenagem e correio (0,1%). Houve também estabilidade para Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (0,0%).

Pela ótica da despesa, a Formação Bruta de Capital Fixo (-3,6%) apresentou queda, a Despesa de Consumo das Famílias (0,0%) ficou estável e a Despesa de Consumo do Governo (0,7%) cresceu em relação ao trimestre imediatamente anterior.

No setor externo, as Exportações de Bens e Serviços tiveram crescimento de 9,4%, enquanto as Importações de Bens e Serviços recuaram 0,6% em relação ao primeiro trimestre de 2021.

### **PIB cresce 12,4% frente ao 2º trimestre de 2020**

Quando comparado a igual período do ano anterior, o PIB teve crescimento de 12,4% no segundo trimestre de 2021. O Valor Adicionado a preços básicos teve alta de 11,7% e os Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios avançaram em 16,8%.

A Agropecuária cresceu 1,3% em relação a igual período de 2020. Este resultado pode ser explicado, principalmente, pelo desempenho positivo de alguns produtos da lavoura com safra relevante no segundo trimestre, como a soja (9,8%) e o arroz (4,1%). Em contrapartida, houve recuos nas estimativas de produção anual das culturas de café (-21,0%), algodão (-16,6%) e milho (-11,3%). As estimativas para Pecuária e Produção florestal apontaram contribuição positiva para a Agropecuária neste trimestre.

A Indústria cresceu 17,8%. Nesse contexto, a atividade *Indústrias de Transformação* registrou o melhor resultado com alta de 25,8%, influenciada, principalmente, pelo avanço na fabricação de veículos automotores; de outros equipamentos de transporte; de máquinas e equipamentos; e da metalurgia.

A alta na atividade de Construção (13,1%) foi corroborada pelo aumento do número de pessoas ocupadas no setor e da produção de seus insumos típicos. Esta atividade voltou a ter resultado positivo após cinco trimestres consecutivos de queda.

*Indústrias Extrativas* apresentou variação positiva de 7,0%, resultado do aumento na extração de minérios ferrosos, uma vez que a extração de petróleo e gás cresceu menos no período.

A atividade de *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos* apresentou alta de 6,7% devido à maior atividade da economia como um todo, já que o segundo trimestre de 2020 foi o auge das restrições durante a

pandemia da COVID-19. Este movimento foi capaz de compensar até mesmo o momento com bandeiras tarifárias mais desfavoráveis.

O setor de Serviços avançou 10,8% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Os melhores resultados se deram em Transporte, armazenagem e correio (25,3%) e Comércio (20,9%). As demais atividades também apresentaram resultados positivos: *Outras atividades de serviços* (16,1%), *Informação e comunicação* (15,6%), *Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social* (4,1%), *Atividades imobiliárias* (3,5%) e *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* (1,4%).

A Despesa de Consumo das Famílias cresceu 10,8%, explicada pelo efeito base, já que é contra o trimestre com os maiores efeitos da pandemia sobre a economia, além dos programas de apoio do governo do aumento do crédito a pessoas físicas. Por outro lado, houve aumento das taxas de juros e, mesmo com o aumento das ocupações na economia, a massa salarial, afetada negativamente pelo aumento da inflação, caiu em relação ao segundo trimestre de 2020.

A Formação Bruta de Capital Fixo avançou 32,9% no segundo trimestre de 2021, explicado pelos resultados positivos da produção interna e importação de bens de capital, além da construção. A Despesa de Consumo do Governo subiu 4,2% em relação ao segundo trimestre de 2020.

No setor externo, as Exportações de Bens e Serviços cresceram 14,1%, ao passo que o crescimento das Importações de Bens e Serviços foi de 20,2% no segundo trimestre de 2021. Dentre as exportações de bens, o crescimento é explicado, principalmente, pelo acréscimo em produtos agrícolas, indústria automotiva, máquinas e equipamentos e minerais não metálicos. Por outro lado, as importações cresceram principalmente devido ao acréscimo nas compras de veículos automotores, máquinas e equipamentos, siderurgia e refino de petróleo.

### **PIB cresce 1,8% no acumulado em quatro trimestres**

O PIB acumulado nos quatro trimestres terminados em junho de 2021 cresceu 1,8% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. Esta taxa resultou da alta de 1,6% do Valor Adicionado a preços básicos e de 2,8% nos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios. O resultado do Valor Adicionado nesta comparação decorreu dos seguintes desempenhos: Agropecuária (2,0%), Indústria (4,7%) e Serviços (0,5%).

As atividades industriais com crescimento foram *Indústrias da Transformação* (8,1%) e *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos* (3,5%) se expandiram. Já a *Construção* (-0,7%) e as *Indústrias Extrativas* (-0,2%) sofreram contração.

Nos Serviços, houve altas em: *Comércio* (5,7%), *Informação e Comunicação* (5,4%), *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* (3,9%), *Atividades imobiliárias* (3,4%) e *Transporte, armazenagem e correio* (1,5%). As quedas foram: *Outras atividades de serviços* (-4,9%) e *Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social* (-2,5%).

Na análise da despesa, a Formação Bruta de Capital Fixo (12,8%) teve variação positiva pelo segundo trimestre consecutivo. Por outro lado, a Despesa de Consumo das Famílias (-0,4%) e a Despesa de Consumo do Governo (-2,6%) tiveram variações negativas.

No setor externo, as Exportações de Bens e Serviços apresentaram alta de 2,4% e as Importações de Bens e Serviços apresentaram queda de 1,7%.

### **Primeiro semestre tem alta de 6,4% no PIB**

O PIB no 1º semestre de 2021 cresceu 6,4% em relação a igual período de 2020. Nesta base de comparação, houve desempenho positivo para a Agropecuária (3,3%), a Indústria (10,0%) e os Serviços (4,7%).

### **Taxa de Investimento foi de 18,2% no 2º trimestre**

A taxa de investimento no segundo trimestre de 2021 foi de 18,2% do PIB, acima do observado no mesmo período do ano anterior (15,1%). A taxa de poupança foi de 20,9% no segundo trimestre de 2021 (ante 15,7% no mesmo período de 2020).

A Capacidade de Financiamento alcançou R\$ 81,4 bilhões ante R\$ 35,7 bilhões no segundo trimestre de 2020. O aumento da Capacidade de Financiamento é explicado, principalmente, pelo aumento no montante de R\$ 55,1 bilhões no saldo externo de bens e serviços.

Contudo, é importante destacar que ainda existem fatores de riscos relevantes que podem afetar de maneira significativa o cenário projetado. Fatores como a pandemia do COVID-19, a conjuntura política brasileira e o quadro fiscal, que devem ser considerados nas decisões dos responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS.

#### **4. Equilíbrio Atuarial**

O retorno mínimo esperado pela aplicação financeira dos recursos do RPPS para o exercício de 2021, na busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial, será de 5,89% (cinco vírgula e oitenta e nove por cento), acrescido da variação do IPCA.

#### **5. Modelo de Gestão:**

Para a administração dos recursos garantidores das reservas técnicas do plano de benefícios do RPPS de Santana do Itararé, será adotada a gestão própria, de acordo com a realidade a Entidade, conforme previsão no artigo 3º, § 5º, inciso II, da Portaria 519/11 e alterações, decidindo sobre as alocações dos recursos respeitando os parâmetros contidas nesta Política e na Resolução 3.922/10.

##### **5.1. Acompanhamento da Gestão dos recursos garantidores:**

Seguindo os preceitos da Resolução CMN nº: 3.922/10, o

acompanhamento da gestão dos recursos garantidores será feito por meio de:

- 1) Relatório detalhado contendo informações sobre a rentabilidade e o risco das aplicações, a ser remetido mensalmente pelas Instituições Financeiras onde os recursos estiverem aplicados;
- 2) Trimestralmente, o RPPS de Santana do Itararé, elaborará relatórios trimestrais detalhados, sobre a rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas no período;
- 3) Semestralmente, o RPPS avaliará o desempenho das aplicações efetuadas com base nos relatórios acima mencionados.

## **6. Estratégia de Alocação de Recursos:**

### **6.1. Segmentos de Aplicação:**

A alocação de recursos da Entidade obedecerá às determinações emanadas da Resolução 3.922/10, definidas abaixo:

1. Segmento de Renda Fixa
2. Segmento de Renda Variável e Investimentos Estruturados

### **6.2. Objetivos da Alocação de Recursos:**

O principal objetivo da alocação de recursos pelos segmentos acima mencionados é o de garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial entre os ativos administrados e as correspondentes obrigações passivas e outras obrigações, considerados aspectos como o grau de maturidade dos investimentos realizados/ a realizar, o montante dos recursos aplicados e o risco das aplicações.

### **6.3. Faixas de Alocação de Recursos:**

#### **6.3.1. Segmento de Renda Fixa:**

As aplicações dos recursos do RPPS em ativos de renda fixa deverão ser efetuadas por meio das seguintes alternativas: carteira própria, fundos de investimento.

As aplicações nesse segmento deverão seguir os limites abaixo discriminados, considerando para tal as limitações gerais impostas pela Resolução CMN nº 3.922/10 e suas alterações, a saber:

Renda Fixa	Limite Mínimo de alocação de recursos	Limite Máximo de alocação de recursos	Limite de alocação por PL do FI	Limite de alocação de recursos do RPPS
Título Público Federal	0%	100%	—	—
FI/FIC exclusivamente em TPF (IMA ou Idka)	0%	100%	25%	100%
FI/FIC exclusivamente em TPF negociável na bolsa	0%	100%	25%	—
Operações Compromissadas TPF	0%	5%	25%	—
FI/FIC Renda Fixa ou Referenciado (IMA ou Idka)	0%	60%	25%	40%
FI/FIC de Renda Fixa ou REF qualquer (com exceção de crédito privado).	0%	40%	25%	40%
Letras Imobiliárias Garantidas.	0%	20%	25%	—
CDB	0%	15%	—	—
Poupança	0%	15%	—	—
FI Direitos Creditórios Aberto.	0%	5%	25%	—
FI/FIC de Renda Fixa ou REF crédito privado.	0%	5%	25%	—
FI com 85% do PL em debêntures.	0%	5%	25%	—

### 6.3.2. Segmento de Renda Variável e Investimentos Estruturados

As aplicações dos recursos do RPPS em ativos de renda variável deverão ser feitas, exclusivamente, por meio de fundos de investimentos.

As aplicações nesse segmento deverão seguir os limites abaixo discriminados, considerando para tal as limitações gerais determinadas pela Resolução CMN nº 3.922/10, a saber:

Renda Variável	% Máximo dos Recursos Garantidores	Limite Mínimo de alocação de recursos dentro do limite geral	Limite Máximo de alocação de recursos dentro do limite geral	Limite de alocação por PL do FI	Limite de alocação de recursos RPPS
FI/FIC em ações indexado (Ibovespa/IBrX)	30%	0%	30%	25%	5%
Outros FI/FIC em de ações		0%	20%	25%	17%
FI/FIC Multimercado sem alavancagem		0%	10%	25%	8%
FI em participações (fechado)		0%	5%	25%	—
FI Imobiliários		0%	5%	25%	—
FI Mercado de Acesso		0%	5%	25%	—

### 6.3.3. Vedações

O comitê de investimento do SANTANAPREV - Instituto Próprio de Previdência social do município de Santana do Itararé, deverá seguir as vedações estabelecidas pela Resolução CMN n° 3.922/2010, ficando adicionalmente vedada a aquisição de:

1. Cotas de Fundos Multimercados cujos regulamentos não determinem que os ativos de créditos que compõem suas carteiras sejam considerados como de baixo risco de crédito por, no mínimo, uma das agências classificadoras de risco reconhecidas pela ANBIMA;
2. Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários (FII) que não estejam listados em mercado de bolsa (Pregão);
3. Cotas de Fundos de Investimentos que apresente, em seu regulamento, a possibilidade de aquisição de ativos que guardem relação com ativos classificados como no exterior (Ex.: Dívida Externa e BDR's).

## 7. Informações utilizadas na Gestão da Alocação dos Recursos

Como forma de cumprir a Política de Investimentos no

que tange especificamente à alocação dos recursos garantidores da Entidade, o Conselho Municipal de Administração do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santana do Itararé, definirá estratégias de gestão de alocação de recursos que leve em consideração os seguintes aspectos:

- a) Projeções do fluxo de caixa;
- b) Tendências e comportamento das taxas de juros;
- c) Perspectivas do mercado de renda fixa e variável;
- d) Cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo; e
- e) Níveis de exposição ao risco dos ativos.

#### **8. Diretrizes para gestão dos segmentos de aplicação dos recursos (critérios para a seleção dos investimentos)**

As diretrizes de alocação de recursos pelos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados serão revistas periodicamente pelo Conselho de Administração, e posteriormente pelo Comitê de Investimentos, tanto para minimizar as perdas marcadas pela rentabilidade negativa de alguns fundos de investimentos no ano base, quanto para obter melhor rendimentos para o ano vindouro, assim, poderá ser adotada uma maior diversificação nas aplicações, para atender as tendências do cenário econômico que ainda se demonstram instáveis, não se descuidando de obedecer a Resolução do C.M.N. 3922/2010.

Todavia, alguns pontos básicos, para ambos os segmentos, podem ser elencados, conforme se segue:

- a) Os recursos garantidores das reservas técnicas do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santana do Itararé, serão aplicados com a estrita observância do estabelecido na legislação em vigor fixada pelo Conselho Monetário Nacional e poderão ser distribuídos dentro das seguintes categorias de aplicação:
  - a) Títulos Públicos Federais;

b) Fundos de Investimentos Financeiros.

- b) As aplicações serão segmentadas por categoria de aplicação, com o objetivo de conferir maior eficiência à administração dos recursos, na medida em que a flexibilidade conferida pela administração individualizada permite formar um composto adequado ao atendimento dos requisitos de rentabilidade, segurança e liquidez.
- c) A performance será medida pela comparação do rendimento de cada segmento com seu respectivo benchmark.

### 8.1. Diretriz de Alocação de Recursos Definidos para o Exercício de 2022.

Para o ano de 2022, o RPPS do Município de Santana do Itararé, definiu suas alocações de recursos, em investimentos de Renda Fixa e variável, todavia, tendo em vista seu perfil mais conservador, e dado a instabilidade no mercado financeiro a maior parte deverá ser aplicada em renda fixa.

Segmento	Tipo de Ativo	Limite da Resolução CMN %	Estratégia de Alocação - Política de Investimento de 2022		
			Limite Inferior (%)	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior (%)
<b>Renda Fixa</b>	Títulos Tesouro Nacional – SELIC - Art. 7º, I, "a".	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Referenciados em 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00%	15,00%	46,00%	70,00%
	FI Referenciados em Índice de Renda Fixa, 100% títulos TN - Art. 7º, I "c"	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Operações Compromissadas em títulos TN - Art. 7º, II	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Referenciados RF - Art. 7º, III, Alínea "a"	60,00%	5,00%	18,00%	40,00%
	FI de Índices Referenciado RF- Art. 7º, III, Alínea "b"	60,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "a"	40,00%	10,00%	16,00%	40,00%
	FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "b"	40,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Letras Imobiliárias Garantidas - Art. 7º, V, Alínea "b"	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Certificados de Depósitos Bancários - Art. 7º, VI, Alínea "a"	15,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Depósito em Poupança - Art. 7º, VI, Alínea "b"	15,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios - sênior Art. 7º, VII, "a"	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Renda Fixa "Crédito Privado"- Art. 7º, VII, "b"	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI de Debêntures Infraestrutura - Art. 7º, VII, "c"	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	<b>Subtotal</b>	<b>570,00%</b>	<b>30,00%</b>	<b>80,00%</b>	<b>150,00%</b>
<b>Renda Variável</b>	FI Referenciados em Renda Variável - Art. 8º, I, "a"	30,00%	2,00%	4,00%	5,00%
	FI de Índices Referenciados em Renda Variável- Art. 8º, I, "b"	30,00%	0,00%	0,00%	0,00%

	FI em Ações - Art. 8º, II, "a"	20,00%	5,00%	10,00%	17,00%
	FI em Índices de Ações - Art. 8º, II, "b"	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Multimercado - Art. 8º, III	10,00%	5,00%	6,00%	8,00%
	FI em Participações - Art. 8º, IV, "a"	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Imobiliário - Art. 8º, IV, "b"	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Mercado de acesso – art. 8º, IV, "C"	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	<b>Subtotal</b>	<b>125,00%</b>	<b>12,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>30,00%</b>
	<b>Total Geral</b>	<b>695,00%</b>	<b>42,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>180,00%</b>

As faixas de alocações em percentuais, demonstradas no quadro acima, poderão sofrer alterações no decorrer do ano, mediante análise do Comitê de Investimentos e autorização do Conselho Deliberativo, órgão superior de deliberação, verificada a necessidade para manter o equilíbrio atuarial e financeiro do RPPS.

## 8.2. Estratégia de alocação para os próximos 05 exercícios

		Estratégia de Alocação - para os próximos cinco exercícios		
Segmento	Tipo de Ativo	Limite da Resolução CMN %	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa	Títulos Tesouro Nacional – SELIC - Art. 7º, I, "a".	100,00%	0,00%	0,00%
	FI Referenciados em 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00%	15,00%	70,00%
	FI Referenciados em Índice de Renda Fixa, 100% títulos TN - Art. 7º, I "c"	100,00%	0,00%	0,00%
	Operações Compromissadas em títulos TN - Art. 7º, II	5,00%	0,00%	0,00%
	FI Referenciados RF - Art. 7º, III, Alínea "a"	60,00%	5,00%	60,00%
	FI de Índices Referenciado RF- Art. 7º, III, Alínea "b"	60,00%	0,00%	0,00%
	FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "a"	40,00%	10,00%	40,00%
	FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "b"	40,00%	0,00%	0,00%
	Letras Imobiliárias Garantidas - Art. 7º, V, Alínea "b"	20,00%	0,00%	0,00%
	Certificados de Depósitos Bancários - Art. 7º, VI, Alínea "a"	15,00%	0,00%	15,00%
	Depósito em Poupança - Art. 7º, VI, Alínea "b"	15,00%	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios - sênior Art. 7º, VII, "a"	5,00%	2,00%	5,00%
	FI Renda Fixa "Crédito Privado"- Art. 7º, VII, "b"	5,00%	0,00%	5,00%
	FI de Debêntures Infraestrutura - Art. 7º, VII, "c"	5,00%	0,00%	5,00%
	<b>Subtotal</b>	<b>570,00%</b>	<b>32,00%</b>	<b>200,00%</b>
Renda	FI Referenciados em Renda Variável - Art. 8º, I, "a"	30,00%	2,00%	10,00%

<b>Variável</b>	FI de Índices Referenciados em Renda Variável- Art. 8º, I, "b"	30,00%	0,00%	0,00%
	FI em Ações - Art. 8º, II, "a"	20,00%	7,00%	20,00%
	FI em Índices de Ações - Art. 8º, II, "b"	20,00%	0,00%	0,00%
	FI Multimercado - Art. 8º, III	10,00%	7,00%	10,00%
	FI em Participações - Art. 8º, IV, "a"	5,00%	2,00%	5,00%
	FI Imobiliário - Art. 8º, IV, "b"	5,00%	2,00%	5,00%
	FI Mercado de acesso – art. 8º, IV, "C"	5,00%	0,00	0,00
	<b>Subtotal</b>	<b>125,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>50,00%</b>
<b>Total Geral</b>	<b>695,00%</b>	<b>52,00%</b>	<b>250,00%</b>	

O RPPS do Município de Santana do Itararé, considera os limites apresentados o resultado da análise feita através das reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial o que pode exigir maior flexibilidade nos níveis de liquidez da carteira.

## 9. Gerenciamento de Riscos:

Definimos Risco como a probabilidade estatística do retorno esperado por um investimento não se realizar.

Dentre os riscos previstos no mercado financeiro aos quais os recursos do RPPS estarão expostos podemos enumerar:

- Risco de crédito dos ativos: possibilidade do devedor não honrar seus compromissos;
- Risco sistêmico ou conjuntural: são os riscos que os sistemas econômico, político e social, impõem ao governo;
- Risco próprio: consiste no risco intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual o ativo pertença;
- Risco de mercado: é o risco de oscilações de preços do ativo;
- Risco de liquidez: também chamado risco financeiro. É conhecido pela falta de condição de pagamento do emissor ou ausência de mercado secundário

daquele tipo de ativo;

- Risco de contraparte: também conhecido como risco de coobrigação, é quando da securitização de dívida existe endosso por parte de terceiros e este também fica sem liquidez;
- Risco legal: tipo de risco o qual o ativo objeto do investimento esteja sujeito à interpelação judicial.

Para avaliação dos riscos da carteira de investimentos será utilizada a métrica do Valor em Risco (Value-at-Risk – VaR), objetivando-se estimar a perda potencial máxima, dentro de um horizonte temporal, que a carteira de investimentos do RPPS de Santana do Itararé, pode vir a sofrer, dentro de um determinado intervalo de confiança.

Dado que a métrica de VaR é aplicável somente em condições normais de mercado, serão realizados testes de estresse que possibilitem avaliar, preventivamente, a performance teórica das carteiras de investimentos sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos. Para isso, serão utilizados dados retrospectivos, além de projeções macroeconômicas.

A medição e o controle do VaR serão efetuados pela instituição financeira responsável pela gestão de recursos do RPPS de Santana do Itararé.

## **10. Disposições Gerais:**

Justificadamente, a política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou a nova legislação.

A presente política anual de investimentos dos recursos do regime próprio de previdência social do Município de Santana do Itararé, e suas revisões deverão ser aprovadas pelo órgão superior de supervisão e deliberação, antes de sua implementação efetiva.

As informações contidas nesta política anual de investimentos e suas revisões serão disponibilizadas aos seus segurados e pensionistas, observados os critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social.

De acordo com a Resolução CMN nº 3.722/2010, a vigência da presente Política de Investimentos encerrar-se-á em 31.12.2022 (trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois), tendo início em 01.01.2022 (primeiro de janeiro de dois mil e vinte e dois), sendo assegurada sua revisão a qualquer momento através da constatação de fatos financeiros ou econômicos que sejam relevantes.

Santana do Itararé, 27 de outubro de 2021.

Comitê de Investimentos:

José Carlos Radoski

Silvana de Souza

Danilo Tomaz de Oliveira Matozinho